



MPU

500 Questões gabaritadas
Analistas e Técnicos - Comum aos cargos

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	28

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	28

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	31

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	27

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	18

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	30

NOÇÕES DE PERÍCIA EM PROCESSO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	20



1. FGV - 2024

Assinale a opção que apresenta as duas palavras que devem ser grafadas com **es** e não com **ex**.

- (A) Excremento / expurgo.
- (B) Excusar / expontâneo.
- (C) Excomungar / expressar.
- (D) Extirpar / extorquir.
- (E) Exterminar / extremoso.

2. FGV - 2024

Um cartaz de rua dizia:

Atenção, cidadãos! Tá proibido jogar lixo aqui nesse local público!

Sobre essa frase, assinale a observação incorreta.

- (A) “Cidadões” é plural errado de “cidadão”.
- (B) “Tá” é forma diminuída de “Está”.
- (C) “lixo” é forma errada de grafar “licho”.
- (D) “Aqui” pode ser retirado da frase, sem prejuízo.
- (E) “público” se refere algo de uso comum a todos.

3. FGV - 2024

Assinale a opção que mostra uma impropriedade léxica, ou seja, um emprego **inadequado** da expressão “cerca de”.

- (A) Havia cerca de três dúzias de convidados no final da festa.
- (B) Chegaram cerca de 100 cartas no mesmo dia.
- (C) Cerca de 18 lojas fecharam as portas mais cedo.
- (D) Os cantores receberam cerca de uma centena de convites.
- (E) A plantação produziu cerca de uma tonelada de legumes.

4. FGV - 2023

Texto 2

Por que a pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40? (adaptado)

Uma dica: tem a ver com o jogo de paume, ancestral do tênis atual.

Por Maria Clara Rossini

**1. (2023)**

O direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado está expressamente previsto na Constituição Federal de 1988 (CF), já tendo sido reconhecido como um direito fundamental pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A doutrina, em sua maioria, faz referência à evolução dos direitos fundamentais em ordem cronológica de gerações ou dimensões, sem que ocorra a anulação, pela nova geração/dimensão, das conquistas realizadas pelas gerações/dimensões que a antecederam.

Com base no texto precedente, é **correto** afirmar que o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado é identificado como integrante da

- (A) primeira geração.
- (B) segunda geração.
- (C) terceira geração.
- (D) quarta geração.
- (E) quinta geração.

2. (2020)

Com relação ao tratamento constitucional dado à questão ambiental, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988

- (A) prevê a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado como dever apenas de parte da coletividade e obrigação do poder público.
- (B) confere juridicidade ao valor ético da alteridade, objetivando uma pretensão universal de solidariedade social, ao tratar das gerações futuras e dos animais como sujeitos de direito.
- (C) estabelece que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é não só um direito, mas também um dever de toda a coletividade e do poder público.
- (D) reconhece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, um direito fundamental de segunda geração, segundo a jurisprudência do STF.
- (E) estabelece que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado corresponde ao princípio do desenvolvimento sustentável, com suas facetas cultural, social e econômica.

3. (2021)

O princípio do desenvolvimento sustentável abrange em seu conceito os pilares

- (A) social, ambiental e geracional.
- (B) social, econômico e ambiental.
- (C) geracional, social e de sustentabilidade.
- (D) ambiental, econômico, geracional.
- (E) econômico, geracional e de sustentabilidade.



1. FGV - 2023

A Constituição da República de 1988 (Art. 227) estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Tendo em vista os princípios relacionados a esse tema, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ainda em vida, excluídos os herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça;
- (B) será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial;
- (C) a mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos em lei;
- (D) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dezoito meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária;
- (E) a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

2. FGV - 2023

Crianças e adolescentes têm os mesmos direitos humanos gerais que os adultos e também direitos específicos que reconhecem suas necessidades especiais. As crianças e os adolescentes não são propriedade de seus pais nem são objetos indefesos de caridade. Eles são seres humanos e são sujeitos de seus próprios direitos.

Adaptado de UNICEF. Os direitos das crianças e dos adolescentes e por que eles são importantes. Site.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o direito específico à Liberdade compreende os seguintes aspectos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) opinião e expressão.
- (B) buscar refúgio, auxílio e orientação.
- (C) brincar, praticar esportes e divertir-se.
- (D) participar da vida política, na forma da lei.
- (E) optar por homeschooling ou escola pública.



1. FGV - 2024

Sistemas administrativos referem-se ao conjunto de processos, métodos, políticas e procedimentos que uma organização utiliza para coordenar suas atividades e alcançar seus objetivos.

Acerca de Relações Interpessoais do Sistema Consultivo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A consulta aos níveis inferiores permite a participação e a delegação de tarefas.
- (B) As relações interpessoais são toleradas com condescendência.
- (C) Os cargos e as tarefas confinam as pessoas.
- (D) A empresa procura facilitar o desenvolvimento de uma organização informal sadia.
- (E) A confiança mútua, a participação e o envolvimento grupal são intensos.

2. FGV - 2024

A gestão de pessoas enfrenta desafios significativos no ambiente corporativo moderno, exigindo que líderes possuam habilidades complexas e adaptabilidade para gerenciar eficazmente os recursos organizacionais, cuja quantidade e qualidade afetam diretamente a eficiência e o funcionamento da organização.

Os recursos organizacionais cujo fator de produção é a natureza são os

- (A) administrativos.
- (B) financeiros.
- (C) humanos.
- (D) mercadológicos.
- (E) materiais.

3. FGV - 2022

Em sua atuação nas diversas organizações, os administradores desempenham uma variedade de papéis que podem ser agrupados em três categorias, como proposto por Mintzberg: interpessoais, informacionais e decisórios. Essas três categorias abarcam, no total, dez papéis diversos.

O papel do líder é:

- (A) interpessoal; refere-se à representação simbólica da equipe, atuando como referência dela;
- (B) decisório; refere-se à alocação de recursos em função dos objetivos organizacionais;
- (C) decisório; corresponde à função administrativa de direção;
- (D) interpessoal; refere-se ao direcionamento das atividades dos subordinados, com vistas ao atingimento dos objetivos;
- (E) interpessoal; refere-se à identificação de oportunidades que potencializem o desenvolvimento da organização.

**1. (2023)**

Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União, nos procedimentos de sua competência, pode

- (A) notificar testemunhas, vedada a requisição de condução coercitiva, no caso de ausência injustificada.
- (B) requisitar documentos da Administração Pública direta, proibindo-se a requisição para a Administração indireta.
- (C) requisitar informações e documentos a entidades privadas, permitida a realização de diligências investigatórias.
- (D) acessar livremente qualquer local público ou privado, excepcionando as normas constitucionais de inviolabilidade do domicílio.

2. (2022)

Analise as assertivas abaixo:

I - As intimações do Ministério Público do Trabalho dirigidas a chefe de missão diplomática de caráter permanente devem ser enviadas pelo Procurador-Geral do Trabalho.

II - De acordo com a Lei Complementar nº 75/1993, o Ministério Público poderá notificar testemunhas e investigados, requisitando sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada.

III - O juiz poderá dispensar prova pericial quando o Ministério Público do Trabalho apresentar, na inicial, parecer técnico produzido em inquérito civil que seja elucidativo e suficiente sobre as questões de fato.

IV - De acordo com a Lei Complementar nº 75/1993, as autoridades poderão opor ao Ministério Público a exceção de sigilo, nos casos em que a informação, o registro, o dado ou o documento a ser fornecido seja sigiloso.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas as assertivas **I** e **II** estão incorretas.
- (B) Apenas as assertivas **III** e **IV** estão incorretas.
- (C) Apenas as assertivas **I**, **II** e **IV** estão incorretas.
- (D) Todas as assertivas estão incorretas.
- (E) Não respondida.

3. (2020)

Analisando a seguinte situação, assinale a alternativa **CORRETA**:

Determinado (a) Procurador Regional do Trabalho, que ingressou na Instituição em 1985, optou pelo regime jurídico anterior à Constituição de 1988 quanto a garantias, vantagens e vedações do cargo 6 (seis) meses após a promulgação da Lei Complementar nº 75/93. Lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, ministra aulas na Universidade Federal de São Paulo 2 (duas) vezes por semana, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas aula por semana, não estando em regime de Dedicção Exclusiva –“DE”. É também sócio cotista em sociedade por cotas de responsabilidade limitada de cursinho preparatório para concursos públicos, embora não seja administrador, possuindo 40% (quarenta por cento) das cotas. Apesar



1. FGV - 2024

Maria e Julia estavam estudando juntas para concurso público e começaram a debater o significado, extensão e limites do princípio da autotutela no direito administrativo. Ambas concluíram corretamente que, em razão de tal princípio, a Administração

- (A) tem o poder-dever de convalidar os atos eivados de desvio de finalidade.
- (B) não tem prazo para invalidar os atos viciados, ainda que beneficiem terceiros de boa-fé.
- (C) tem a prerrogativa de impor a vontade administrativa, independentemente de decisão judicial.
- (D) deve revogar os atos que possuam vícios insanáveis, respeitados os direitos adquiridos.
- (E) há de respeitar o devido processo legal para anular atos que repercutam na esfera jurídica de terceiros.

2. FGV - 2015

A respeito dos princípios da Administração Pública, assinale **V** para a afirmativa verdadeira e **F** para a falsa.

() O princípio da continuidade estabelece que os serviços públicos não podem ser paralisados, pois as necessidades da população são incessantes.

() O princípio da impessoalidade significa que qualquer atividade da gestão pública deve ser dirigida a todos os cidadãos.

() O princípio da moralidade determina que os atos da gestão pública são condicionados por princípios éticos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e V.

3. FGV - 2013

Acerca do princípio de confiança legítima (Proteção da Confiança) no Direito Administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. É o princípio que exige do administrador um agir conforme a lei, mesmo que isso implique em prejuízo da Administração.

II. É o princípio que deriva da ideia de segurança jurídica e boafé objetiva do administrado.

III. É o princípio segundo o qual a Administração Pública não pode mudar de conduta se isso prejudica o administrado, uma vez que é vedado um comportamento contraditório.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas **II** e **III** estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas **I** e **II** estiverem corretas.



Noções De Perícia Em Processo Civil

1. (2024)

Matilda, 3 anos de idade, absolutamente incapaz, representada por sua mãe, Zinnia, que residia e domicilia-va na comarca de São José do Rio Preto, SP, propôs ação de alimentos em desfavor de seu pai, Harry. A ação tramitou nessa comarca terminando com a condenação do pai. Diante da inadimplência paterna, foi proposto o cumprimento de sentença no mesmo juízo.

No curso da execução, Matilda e sua mãe mudaram para a comarca de Atibaia, SP, local em que também reside seu pai. Após o pedido da autora, representada por sua genitora, com base no princípio constitucional do melhor interesse da criança, o juízo de São José do Rio Preto, SP, declina a competência para o juízo de Atibaia, SP.

Com base na situação hipotética, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) No caso em questão, por se tratar de direito indisponível de incapaz, o Ministério Público não poderia suscitar o conflito de competência.
- (B) O juízo de São José do Rio Preto, SP, deveria ter aplicado o princípio da perpetuatio jurisdictionis, por ser absoluta a vedação da mudança de competência.
- (C) Os princípios constitucionais não podem se sobrepor aos princípios e às regras gerais de competência previstas no Código de Processo Civil.
- (D) O juízo de São José do Rio Preto, SP, agiu corretamente, pois o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme as normas fundamentais estabelecidos na Constituição Federal.
- (E) O juízo de Atibaia, SP, não poderá suscitar de ofício o conflito negativo de competência, visto que por se tratar de competência territorial exige a manifestação expressa da parte ré.

2. (2024)

A vedação a que o juiz condene o réu a pagar ao autor quantia superior à pleiteada na petição inicial é um corolário lógico do princípio:

- (A) da primazia da solução do mérito;
- (B) da motivação das decisões judiciais;
- (C) da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (D) da inércia;
- (E) do juiz natural.

3. (2024)

O direito fundamental ao contraditório é pilar fundador do Estado Democrático de Direito. Com efeito, a possibilidade de se manifestar no curso do processo é essencial à tutela de direitos em juízo.

Sobre tal direito, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Segundo o Código de Processo Civil, todas as hipóteses de concessão de tutela provisória da evidência dispensam o contraditório prévio.
- (B) O direito ao contraditório deve ser promovido pelas partes, individual e conjuntamente, podendo ser dispensada a atuação do juiz em zelar pelo efetivo contraditório.